



Revista Científica Hermes

E-ISSN: 2175-0556

hermes@fipen.edu.br

Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa
Brasil

Torres Lins, Dulciane

BRASIL DE 1964 A 1969: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS

Revista Científica Hermes, vol. 5, julio-diciembre, 2011

Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa

Brasil, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477648585005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

BRASIL DE 1964 A 1969: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS

Dulciane Torres Lins

Faculdade Instituto Paulista de Ensino, Rua Euclides da Cunha, 377, Centro, Osasco, SP, CEP 06016-030.

RESUMO

Há dois momentos de ruptura essenciais à compreensão do processo político e cultural brasileiro, e a atuação repressora do Estado foi-se intensificando à medida que determinados setores da sociedade lutavam contra as arbitrariedades do regime. Este artigo objetiva apresentar um painel da situação política e social brasileira, compreendendo os principais fatos que antecederam o golpe em 1964 até o ano imediatamente posterior à decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Entre 1964 e 1968 o Estado reprime, sobretudo, a atuação política de sindicatos e partidos políticos, entre outros agentes, enquanto a atuação política manifesta por meio da produção cultural floresce consideravelmente no mesmo período.

Palavras-chave: história brasileira, regime militar, processo político, produção cultural.

ABSTRACT

There are two essential moments of rupture to understanding the Brazilian cultural and political process, so that the repressive actions of the State were intensified while other sectors of society started fighting against the regime of injustice. This paper aims to present a panel of the political and social situation in Brazil, covering the main events that preceded the 1964 Brazilian coup d'état until the year immediately after the announcement of the Institutional Act Number Five (AI-5). Between 1964 and 1968 the State especially represses the political activity of unions and political parties, among other agents, while political action expressed through cultural production strongly flourishes.

Key-words: Brazilian history, military government, cultural production, 1964 Brazilian coup d'état.

INTRODUÇÃO



É de conhecimento geral que o regime militar brasileiro foi implantado por um golpe de Estado deflagrado em 31/03/1964, instaurado em 01/04/1964, e que permaneceu no poder durante vinte e um anos. No entanto, imaginar tal Estado autoritário como um bloco monolítico que durou de 1964 a 1985 seria desconsiderar a complexidade desse período e o processo histórico que se desenrolou desde antes do golpe até o retorno da democracia.

Antes de assumir a presidência da República em 1961, João Belchior Marques Goulart, o Jango, havia sido vice-presidente de Juscelino Kubitschek, ambos eleitos em 1955. Em 1960, Jango foi novamente eleito vice, mas agora de seu adversário político: Jânio Quadros. Isso foi possível porque a legislação eleitoral da época permitia ao eleitor o direito de votar em candidatos a presidente, governador e prefeito separadamente dos votos dos respectivos vices. O sistema eleitoral permitia, assim, que o presidente eleito fosse de uma chapa e o vice fosse de outra.

Segundo Pinheiro (2001), durante os sete meses do governo de Jânio Quadros, o vice João Goulart manteve relações difíceis com o presidente. Mais difícil ainda era a relação de João Goulart com os militares, que o enxergavam como um homem de esquerda¹; um comunista, portanto, como se dizia na época. Depois da renúncia de Jânio Quadros, estando o seu vice em missão diplomática e comercial na China comunista, os três ministros militares – o almirante Silvío Herck, da Marinha; o general Odylio Denys, da Guerra; e o brigadeiro Grüm Moss, da Aeronáutica – encaminharam ao presidente interino, deputado Ranieri Mazzili, um documento em que enumeravam as razões para o veto à posse de Goulart na Presidência da República. Como a sociedade civil mobilizou-se contrariamente àquele desrespeito à Constituição, a solução política encontrada na época foi a aprovação de uma emenda constitucional que implantava o parlamentarismo no Brasil. Dessa forma, e depois de ceder às pressões dos militares, Jango pôde voltar ao país e tomar posse em 07/09/1961 como Presidente, porém, destituído dos poderes políticos que lhe conferia o regime presidencialista.

Durante dezesseis meses, o Brasil viveu sob a égide parlamentarista. Em janeiro de 1963, o presidente conseguiu a volta do regime presidencialista, via realização de plebiscito. Segundo Fico (2004), João Goulart analisou essa vitória como um triunfo pessoal, desconsiderando os grupos heterogêneos (empresários e políticos interessados em uma candidatura à presidência) que apoiaram o plebiscito e o presidencialismo.

¹ Os setores mais conservadores brasileiros consideravam João Goulart um esquerdista desde a época do governo Getúlio Vargas (1951-54), em que Jango assumiu o Ministério do Trabalho, elevando o salário mínimo em 100%, além de defender a reforma agrária.

Ainda segundo Fico (2004), a atmosfera política da época era de grande agitação, havia uma instabilidade política, intensificada pela queda da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), pela alta inflacionária e pela pressão de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Jango sofria pressão de correntes de esquerda – membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com influência entre operários, estudantes e camponeses –, além da pressão das forças nacionalistas como as de Leonel Brizola, para que fossem implantadas as reformas de base². Tais reformas estruturais dependiam da aprovação do Congresso que, em sua maioria, não aceitava modificar a Constituição. Em princípio, o Presidente procurou não se indispor com os conservadores e, paralelamente, tentou aprovar medidas que aumentariam seu poder. Contudo, tais medidas também foram rejeitadas pelo Congresso. Diante disso, Jango buscou apoio popular para implantação das reformas de base, independentemente da opinião do Congresso. Esse foi o motivo do famoso Comício das Reformas de 13/03/1964, que, para Fico, foi o “ponto alto de uma escalada de manifestações radicalizadas que também incluíram sublevações de sargentos e praças, apoiadas pelo presidente” (2004). Com isso, João Goulart acabou desafiando o alto escalão militar.

Também havia uma campanha contra João Goulart por parte da imprensa. Após o comício de 13 de março e o levante dos marinheiros em 25 de março, jornais como Diário de Notícias, Jornal do Brasil e Correio da Manhã intensificaram seus ataques a ponto de o Jornal do Brasil, por exemplo, no editorial de 29/03/1964, conclamar o exército a manter a legalidade e o estado de direito. Os editoriais Basta (31/03) e Fora (01/04), publicados no Correio da Manhã, tiveram muita repercussão junto aos leitores, visto que este jornal era o que menos se envolvia no clima de radicalização da época. O trecho do artigo Basta ilustra a posição da imprensa menos radical.

Até que ponto o presidente da república abusará da paciência da nação? [...] Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presentemente na classe trabalhadora? Até quando deseja levar ao desespero por meio da inflação e do aumento do custo de vida a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as forças armadas, por meio da indisciplina, que se torna cada vez mais incontrolável? [...] o sr João Goulart terá de desistir de sua política atual que está perturbando uma nação em desenvolvimento, e ameaçando de levá-la a uma guerra civil. (Basta, in: Correio da Manhã, 31/03/1964).

² João Goulart sempre defendeu as reformas de base, ou seja, um conjunto de modificações constitucionais visando o desenvolvimento econômico acelerado e com justiça social. Uma das principais mudanças defendidas era a implantação da Reforma Agrária com o pagamento da desapropriação de terras mediante títulos da dívida pública e, não, em dinheiro, como previa a Constituição.



Para Ianni (1978) e Weffort (1980), que analisaram as causas do golpe de 64, o colapso da política populista praticada no Brasil entre 1946-1964 foi a questão central que provocou o rompimento do processo democrático brasileiro. Segundo esses sociólogos, o populismo era uma característica comum aos países latino-americanos que passavam de uma economia oligárquica para uma economia moderna. Nesse período de transição, os membros da esquerda aliaram suas forças às da burguesia nacional e às dos progressistas para conter o avanço imperialista, coibir a elite agrária brasileira e promover a instauração de um projeto nacional-estadista, visando à soberania nacional. Tal projeto nacional-estadista era conduzido por um governante populista.

Esse governante agia como um líder carismático, desenvolvendo uma relação intimista e clientelista com as classes populares, atuava como árbitro para conseguir manter o equilíbrio entre os principais grupos representativos do país. Devido ao seu poder de manipulação das massas³, o governante populista podia levar adiante a política desenvolvimentista. O problema, apontado por Ianni (1978) e Weffort (1980), no desenvolvimento desse tipo de governo é que a democracia vigente não é capaz de promover na classe trabalhadora a consciência de seus direitos e poderes.

Portanto, o estado de agitação social que marcou o final do governo de João Goulart ocorreu em decorrência do rompimento do Estado de compromisso, em que Jango parecia apoiar mais uma classe do que outra. Nesse momento, a elite revidou (via golpe) sem sofrer qualquer resistência por parte da massa popular, uma vez que esta não tinha consciência de classe⁴.

Não parece que as causas que levaram ao golpe estejam bem delineadas no meio acadêmico. Muitos pontos ainda merecem ser estudados como, por exemplo, o apoio de parte da sociedade civil ao rompimento do estado democrático simbolizado pela Marcha da Família com Deus Pela Liberdade⁵.

³ O conceito de populismo como uma política de manipulação de massas sofreu inúmeras críticas no meio acadêmico a partir da década de 80. De maneira geral, os críticos desse conceito rechaçam a ideia de uma classe trabalhadora passiva e sem consciência de classe, sendo manipulada por um político com pouca ou nenhuma representatividade política e social que a engana. Neste trabalho, optou-se pela utilização de tal conceito pelo que ele guarda de emblemático da política brasileira e do período estudado, o autoritarismo.

⁴ Apesar de privilegiar as análises dos fatores internos que levaram ao golpe de 1964, não se desconsidera com isso outros estudos que incluem o cenário político-econômico mundial e o consequente apoio de grupos econômicos internacionais e do governo dos Estados Unidos como fatores externos relevantes para compreensão das causas do golpe (Singer, 1972).

⁵ A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em 19 de Março de 1964, foi a maior manifestação de rua realizada em São Paulo até então. Segundo os jornais da época, reuniu meio milhão de pessoas que clamavam pelo fortalecimento da família, defesa da Constituição, repúdio à legalização do Partido Comunista e repúdio à reforma agrária, entre outras reivindicações. Após o golpe, ocorreram outras "marchas".

Do mesmo modo, é difícil compreender a falta de reação daqueles que poderiam apoiar o governo João Goulart. Como entender a ausência de mobilização de entidades como o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o PC do B (Partido Comunista do Brasil), as Ligas Camponesas, a UNE (União dos Estudantes), os marinheiros, entre outros. Mesmo Leonel Brizola e os militantes do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) não foram capazes de ir além da articulação de um esquema militar defensivo em Porto Alegre e da tentativa de montar uma milícia popular em Brasília. Conforme Gaspari (2002), “salvo os ferroviários da Leopoldina que ocuparam a estação central, bloqueando-lhes os trilhos, e o chefe do gabinete civil, Darcy Ribeiro, [...] nenhum personagem ou grupo significativo de esquerda tomou posição de ataque”.

Assim como em uma peça de teatro, os militares entraram em cena a partir de 1º de abril apresentando sua versão sobre como se preserva o estado democrático, enquanto a população desorientada assumia a condição de espectadora da farsa que se encenava.

Para “salvaguardar a democracia brasileira”, logo após a deposição de Jango, os militares prenderam cerca de cinco mil pessoas, exilaram os principais líderes do governo deposto, fecharam o Congresso Nacional, expurgaram 421 oficiais das Forças Armadas, destituíram a diretoria de sete em cada dez sindicatos, incendiaram a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE)⁶ e invadiram a Universidade de Brasília, entre outras ações.

Ridenti (1993) sintetiza o momento político estabelecido logo após o golpe.

O golpe civil-militar e a derrota sem resistência das forças progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros. Os nacionalistas, a POLOP e outros grupos, que já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, praticamente nada fizeram para levar adiante a resistência, enquanto o PCB e outras forças reformistas assistiam perplexos à demolição de seus ideais. (Ridenti, 1993)

Para compreender essa afirmação, é necessário esclarecer, mesmo de forma geral, a maneira como atuavam os grupos de esquerda na época. A política praticada pelo PCB era considerada reformista e pacifista, pois se pretendia transformar a sociedade brasileira, não imediatamente, por meio de uma revolução socialista, mas por meio de uma política de alianças. Em um primeiro momento, os comunistas deveriam se aliar às forças progressistas e à burguesia visando à emancipação da classe trabalhadora e à libertação nacional, para só depois ocorrer a revolução propriamente dita. Conforme Ridenti (1993), a ideologia do PCB

⁶ O governo Castelo Branco, apesar de decretar a ilegalidade da UNE, logo após o golpe, não conseguiu impedir o seu funcionamento. Entre 1964 e 1968, a UNE manteve significativa representatividade no meio estudantil, sendo reconhecida a sua atuação contra o regime e em defesa do ensino.

encontrou no chamado populismo de esquerda muitos pontos de contato, já que ambos defendiam uma nação brasileira livre do atraso do campo e do imperialismo.

Os nacionalistas de esquerda – a maioria pertencente ao PTB, cujo maior representante era Leonel Brizola – queriam implantar reformas sociais, mesmo que para isso fosse necessária a luta armada. Da mesma forma, grupos como a POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária) e a AP (Ação Popular), criados em 1961 e 1962, respectivamente, contestavam a política praticada pelo PCB. Enquanto esta defendia uma alternativa política que não fosse capitalista nem comunista, aquela propunha a luta armada pelo socialismo. Além desses, é importante apontar outros grupos de esquerda atuantes antes do golpe civil-militar: as Ligas Camponesas, o PC do B (Partido Comunista do Brasil), o MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) e o PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista).

Se essa diversidade de organizações já indicava uma esquerda pouco coesa e talvez pouco organizada para enfrentar os golpistas históricos e os golpistas de ocasião, o golpe de 1964 provocou uma desestabilização irreversível nesses grupos. As principais divergências da esquerda brasileira na década de 1960 eram três, “uma referente ao caráter da revolução brasileira; outra, às formas de luta para chegar ao poder; uma terceira, ao tipo de organização necessária à revolução” (Ridenti, 1993).

A desestabilização da esquerda, após o golpe de 1964, atingiu especialmente o PCB. Inicialmente, porque foi o partido mais perseguido pelos militares, por meio do desmantelamento do aparelho sindical e da perseguição aos seus membros. Depois, porque sofreu uma luta interna devido à opção da cúpula do partido em manter a linha pacifista e a política de alianças. Isso levou o partido, a partir de 1966, a perder muitos dirigentes que discordavam do bloco mais ortodoxo e grande parte do apoio das bases. Esses dissidentes formaram outros tantos grupos, dando origem a uma profusão de organizações de esquerda, como as Dissidências Estudantis (DIs), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), entre tantas⁷.

Para Gorender (1998) a fragmentação da esquerda brasileira seria uma tendência decorrente do descenso político, “após o impacto de derrotas e no ambiente de refluxo do movimento de massas, em condições de clandestinidade cada vez mais densa, quando o intercâmbio flui através de precários canais”.

⁷ A composição, forma de atuação e representatividade das organizações de esquerda no Brasil, entre os anos de 1960-70, foram analisadas por Ridenti, 1993.

Com relação ao PCB, ocorre uma rejeição à forma de atuar do partido, principalmente entre os jovens, que participarão ativamente da resistência armada. A afirmação do ex-combatente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES), Antonio Roberto Espinosa⁸, sintetiza essa rejeição:

Se o socialismo era tão bom, o Partidão não o defendeu. O Partidão se conformou, ele estava apenas preocupado com a reforma, não com a transformação, tava mais preocupado com a manutenção do status quo de uma maneira favorável, mais favorável aos trabalhadores, aos camponeses, mas não estava preocupado em mudar o status quo e pra mudar tem que ser através da luta armada, então nesse processo de formação política eu acabei intuindo isso, então minha formação política pela esquerda, já foi contra o Partidão, eu nunca passei por dentro dele. (Espinosa, entrevista não publicada, 2006).

Talvez Ventura (2008) possa resumir as ideias apresentadas sobre a polarização da esquerda a partir de 1964, “classificavam-se as pessoas como se classificam os torcedores ‘fulano é revolucionário, esquerdista’ ou, ao contrário, ‘partidão, conciliador, reformista’” (2008, p.61).

Neste artigo, objetiva-se apresentar um painel da situação política e social brasileiras, compreendendo os principais fatos que antecederam o golpe em 1964 até o ano imediatamente posterior à decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

DISCUSSÃO

1.1 1968: nós tínhamos pressa, o jovem sempre tem pressa⁹

Não é exagero afirmar que na década de 60 ter menos de trinta anos era um valor em si mesmo. Os exemplos do poder jovem vinham de toda parte: de Beatles a Roberto Carlos, de Rolling Stones a Caetano Veloso, de Godard¹⁰ a Glauber Rocha, de Martin Luther King a Lamarca, dos jovens franceses aos jovens brasileiros.

O ano de 1968 será o da revolução da juventude que vai às ruas exigir a expansão do ensino universitário, o fim da Guerra do Vietnã, o fim da repressão sexual. Os jovens

⁸ Antonio Roberto Espinosa à época dos fatos relatados era estudante de filosofia da USP e participava do movimento estudantil em Osasco/SP. A partir do AI-5, passa a viver na clandestinidade, tornando-se um dos dirigentes da VAR-Palmares. Foi preso em novembro de 1969 e assim permaneceu até setembro de 1973 quando, sem nunca ter sido julgado, foi posto em liberdade.

⁹ Essa expressão, que sintetiza o sentimento de parte da juventude brasileira em 1968, foi retirada do depoimento de Antonio Roberto Espinosa.

¹⁰ Jean Luc Godard inaugura o *nouvelle vague* em 1959, lançando *Acosados*, em parceria com Truffaut.



criticavam o comunismo, o capitalismo e a sociedade de consumo. Enfim, esses jovens de 1968 deram início a uma série de transformações éticas, políticas, sexuais e de comportamento que afetaram o mundo ocidental e influenciaram as gerações seguintes.

No Brasil, guardadas as especificidades que caracterizavam o nosso momento, ocorre fenômeno semelhante. Os movimentos sociais que foram desarticulados e perseguidos, após o golpe de 1964, já estavam rearticulados e atuantes em 1968. Mesmo de forma molecular, o movimento operário fez ressurgir as greves que eclodiram em Contagem/MG e em Osasco/SP. O 1º de Maio de 1968, em São Paulo, ficou marcado pela ação dos jovens operários e estudantes que subiram e queimaram o palco onde ocorria a comemoração do Dia do Trabalho. Tal ação foi motivada pela presença do governador Abreu Sodré às comemorações, em virtude de este ter sido nomeado pelos militares.

Conforme Reis Filho (1998), a ditadura reagiria de maneira implacável e rápida àquele incipiente movimento, criminalizando a luta sindical, decretando a ilegalidade das greves, anunciando o não pagamento dos dias parados, dissolvendo os sindicatos e prendendo suas lideranças.

Do mesmo modo, os estudantes vão às ruas exigir liberdade e democracia. Não só os estudantes universitários¹¹, mas também os estudantes secundaristas exigiam mais verbas para o ensino, modernização de equipamentos, ampliação do acesso da população à universidade, manutenção de uma política de assistência aos estudantes sem recursos, reformas nos currículos, entre outras reivindicações. Assim, “o movimento de 1968 ganhou consistência social porque soube aliar a crítica da ditadura à formulação de um programa de reivindicações que era a expressão da maioria” (Reis Filho, 1998).

Logo, tornaram-se comuns as passeatas, ocupações, protestos e comícios que estouravam em vários pontos do país, recebendo ampla cobertura da mídia, principalmente após a morte do estudante Edson Luis, no Rio de Janeiro. Esse estudante de 18 anos foi vitimado pela truculência de policiais militares que invadiram o restaurante Calabouço, usando armas de fogo contra os jovens secundaristas. Tal episódio, ocorrido em março de 1968, tornou-se um marco do movimento estudantil, devido à mobilização que se seguiu após a morte desse jovem, cujo cortejo fúnebre foi acompanhado por sessenta mil pessoas.

Em junho, novo protesto marcaria a ação dos jovens estudantes contra o regime militar. A Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, levaria artistas, jornalistas, políticos,

¹¹ Ressalta-se que o Brasil apresentava, em 1968, o expressivo número de 278 mil universitários contra os 142 mil em 1964 (Gaspari, 2002).

religiosos e líderes sindicais, entre outros, a se unirem aos estudantes na maior manifestação popular contra o regime. Em decorrência disso, o governo de Costa e Silva proíbe manifestações públicas em todo o território nacional. Tal medida não impede que as principais cidades do país sejam ocupadas por passeatas estudantis, mesmo ocorrendo a diminuição do número de participantes e a repressão policial que dissolvia os atos públicos com facilidade (Gorender, 1998).

Em outubro de 1968, mais de 700 pessoas que participavam do Congresso da UNE, em Atibaia, São Paulo, são presas. O Brasil assistiu aos jovens estudantes em manifestações de franca resistência ao regime militar. Da mesma forma, viu como o governo de Costa e Silva tratava o futuro da nação. Os militares, marcados pela incompreensão diante do fenômeno mundial, em que o jovem assumia o papel de protagonista da história, partiram para a intolerância diante das manifestações locais, as quais denominavam simplesmente de “baderna”. Para reprimir a “baderna”, o regime ameaçou, prendeu e espancou manifestantes em todo o país. Com isso, expôs a maior contradição do regime: seguir impondo um governo ditatorial como se fosse resultado legítimo de uma revolução democrática.

Também ancorados em parte da juventude que queria fazer a revolução, grupos remanescentes dos nacionalistas de esquerda pré-64 e os grupos mais radicais de esquerda começam a se organizar para a guerrilha rural, promovendo, nas cidades, os primeiros assaltos a bancos para obtenção de fundos.

Os jovens tinham pressa, e os exemplos de outros revolucionários mostravam que era possível acabar com a ditadura e mudar o sistema. Tudo muito rápido, como aquele tempo exigia. Espinosa sintetiza o pensamento de parte da juventude que optou pela resistência armada:

Então a Revolução cubana começou a ser um pouco mais conhecida pelos livros do Che e Régis Debré “Revolução na revolução” e era um caminho muito simples, né? Que coincidia com a nossa pressa, né? Era o seguinte: você não precisa construir um partido para que esse partido faça a revolução, a rigor você não precisa nem construir um exército, basta construir um pequeno grupo que acenda um sendeiro luminoso, que acenda uma chama que sirva de referência, que aos poucos, aos poucos queria dizer dois anos (rindo), o povo aos poucos vai aderindo, e este pequeno grupo, como foi em Cuba, se transforma num exército e no seio deste exército popular surge um partido [...] então o caminho é por aí, guerrilha rural, pra fazer guerrilha, você precisa de armas, precisa de construir rotas de acesso, precisa de recursos [...] Bom, dinheiro para sustentar isso nós não temos, então tem que buscar onde tem, onde é que se acha dinheiro? Nos bancos, então vamos assaltar os bancos ou os quartéis, aí você já pega as armas direto, armas, munição, etc. (Espinosa, entrevista não publicada, 2006)



Era evidente que as manifestações de operários e estudantes encorajavam os guerrilheiros a prosseguirem na opção pela luta armada. Muitos deles acreditavam que o Brasil estava pronto para a revolução socialista, e as ações bem-sucedidas só reforçavam essa visão. Em 1968, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), por exemplo, assaltou pelo menos seis bancos, uma loja de armas a poucos metros do DOPS de São Paulo, atacou o Quartel General do II Exército e chegou a executar o capitão do exército americano Charles Chandler em outubro do mesmo ano. No início de 1969, a VPR contava com duzentos membros, cinquenta deles com militância em tempo integral, e estava praticamente intocada pelos policiais (Gorender, 1998).

No campo cultural, a participação dos jovens brasileiros não é menos marcante. Nesse sentido, é importante esclarecer que se a política praticada pela esquerda brasileira sofre uma derrota em 1964, o mesmo não acontece com a produção cultural de esquerda que segundo Schwarz (2005) “floresceu extraordinariamente” até 1968, apesar de distante do “povo”.

Segundo afirma Hollanda (1981), a produção cultural engajada passa a “ser consumida por um público já convertido de intelectuais e estudantes da classe média” dentro de um circuito “integrado ao sistema” como cinema, teatro e disco.

Tomando-se como exemplo a situação do teatro em São Paulo, a produção cultural engajada pode ser representada pelas seguintes vanguardas estéticas; de um lado pelo Grupo Oficina, que procura problematizar o teatro realista, utilizando-se do pastiche, da paródia, do antropofagismo, da cultura de massa; de outro lado pelo Grupo Arena, que, partindo da concepção brechtiana de teatro épico, procura aliar novas formas estéticas com uma atitude política.

Se o Arena herdara da fase Goulart o impulso formal, o interesse pela luta de classes, pela revolução, e uma certa limitação populista, o Oficina ergueu-se a partir da experiência interior da desagregação burguesa em 1964. Em seu palco, esta desagregação repete-se ritualmente em forma de ofensa. [...] Ligavam-se ao público pela brutalização, e não como o Arena, pela simpatia. (Schwarz, 2005, p.46)

Pela afirmação do autor, depreende-se que a polarização da esquerda no campo político – resumida aqui, entre aqueles favoráveis à resistência democrática e os adeptos de uma radicalização, via tomada de poder – pode ser associada à polarização no campo artístico entre os grupos Arena e Oficina.

Seguindo a proposta de radicalização estética, o grupo Oficina lança em 1968 o espetáculo teatral *Roda Viva*, o que escandaliza os setores mais conservadores e provoca a ira



dos extremistas de direita. Apesar de ter estreado no Rio de Janeiro, foi em São Paulo que o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) respondeu à ousadia e criatividade do grupo Oficina, por meio da destruição de cenários e espancamento de atores. Quando a montagem chega a Porto Alegre, os grupos paramilitares de direita se sentiram bem à vontade para, inclusive, sequestrar dois atores. Tudo isso sob o olhar complacente das autoridades que, diante dos fatos, decidiram proibir a peça em todo o território nacional.

Em fevereiro, a proibição das peças *Um bonde Chamado Desejo*, *Senhora da Boca do Lixo* e *Poder Negro*, juntamente com a suspensão do exercício profissional por 30 dias dos atores Maria Fernanda e Oscar Araripe, levaram a classe artística a promover uma greve de 72 horas nos teatros do Rio de Janeiro e São Paulo. Dentre as reivindicações, estavam, além da liberação das peças e filmes interditados pela censura, o pedido de descentralização da Censura Federal, visto que naquele ano o governo havia lançado uma medida, desautorizando as Delegacias Regionais a emitirem certificados de funcionamento para atividades artísticas, o que centralizaria todo o processo em Brasília. Essa medida inviabilizava muitos projetos, pois aumentava consideravelmente os custos de produção, obrigando os artistas a se deslocarem até Brasília para acompanhar o processo de liberação dos trabalhos ou para prestar esclarecimentos aos censores.

Na prática, o que passa a ocorrer com a classe teatral, desde 1968, é uma verdadeira guerra persecutória, marcada pelo ataque dos grupos paramilitares e pela ampla campanha de difamação da atividade teatral, desferida por aqueles que consideravam as peças imorais e repletas de palavrões. Essa situação leva o presidente Costa e Silva a aparecer na televisão para tecer comentários sobre a “imoralidade” da peça *Santidade* de José Vicente (proibida de ser encenada) e a distribuir exemplares da peça aos donos de jornais, “pedindo” que se manifestassem a respeito, conforme afirma Michalski (1985).

Na área musical, já revolucionada por nomes como Caetano Veloso e Gilberto Gil, surge em 1968 a música transformada em hino na voz de Geraldo Vandré que levanta o *Maracanãzinho* com os versos de *Pra não dizer que não falei das flores*: “vem, vamos embora/ que esperar não é saber/ quem sabe faz a hora/ não espera acontecer”. O Brasil teria a partir de então sua *Marselhesa*, conforme declarou Millôr Fernandes.

A resposta dos militares a toda essa efervescência social foi o confronto direto, por meio do aumento da repressão aos movimentos estudantis, principalmente, e ao movimento operário, do controle mais intenso das produções culturais, e da atuação rigorosa da censura.

No entanto, a ofensiva mais radical do governo do Gal. Costa e Silva viria a partir de 13 dezembro de 1968, com a edição do AI-5 que, entre outras medidas nefastas, instituía a



pena de morte e o poder de se prender pessoas sem acusação formal, ainda tirando-lhes o direito ao habeas corpus, no caso de crimes políticos ou contrários à segurança nacional, à ordem econômica e social e à economia popular.

1.2 1969: contra a pátria não há direitos¹²

Se o ano de 1968, marcado pelo confronto entre parte da sociedade civil e os militares, revelava as possibilidades de transformação política e social, o ano de 1969 daria início ao clima de terror após o AI-5. Algumas medidas práticas demonstraram imediatamente como se consolidaria a instauração do terror na sociedade brasileira.

No âmbito político, após o recesso imposto ao Congresso em dezembro de 1968, ocorreu o expurgo de 88 parlamentares, dentre eles 37 da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), além do fechamento de muitas assembleias estaduais, destacando-se as de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1969, o General Costa e Silva assinou um decreto que colocava sob o comando do Ministro da Guerra todas as forças militares e policiais dos estados brasileiros, além de determinar que tais forças estaduais fossem comandadas por oficiais das Forças Armadas.

No Poder Judiciário, três Ministros do Supremo Tribunal Federal foram aposentados compulsoriamente, logo seguidos de mais dois, o então Presidente da instituição Antonio Gonçalves de Oliveira e o Ministro Antonio Carlos Lafayette de Andrada, punidos por protestarem contra as aposentadorias dos colegas. Dando continuidade a este processo, em fevereiro de 1969, um novo ato institucional reduziu o número de magistrados do Supremo Tribunal Federal (de 16 para 11) e transferiu os delitos contra a Segurança Nacional e as Forças Armadas para o Supremo Tribunal Militar. Aliás, o próprio Ministro do Supremo Tribunal Militar seria aposentado compulsoriamente por ser considerado “complacente demais com os réus”, segundo Skidmore (1988, p.167).

Na educação, o governo lançou em 1969 o curso de Educação Moral e Cívica, tornando-o obrigatório, a partir de 1971, para todos os alunos em qualquer série e escola do país. O decreto-lei que instituiu o programa destinava-o a “defender os princípios democráticos pela preservação do espírito religioso, da dignidade do ser humano e do amor à liberdade” (Brasil, Lei 869, 12/09/1969). Seguindo na “defesa dos princípios democráticos”,

¹² A frase “contra a pátria não há direitos” encontrava-se em uma placa pendurada no saguão dos elevadores da Polícia de São Paulo, conforme Souza (2000, p.183).



em maio de 1969, o governo aposentou compulsoriamente centenas de professores das universidades públicas. Só na Universidade de São Paulo, foram proibidos de lecionar 27 professores, dentre eles, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Paulo Duarte, José Arthur Gianotti, Paul Singer, Mário Schemberg, entre tantos.

Contudo, nenhuma prática do governo militar disseminou tanto o clima de terror quanto a tortura. Sabe-se que a tortura ocorreu no Brasil desde o século 19. Entretanto, a tortura, aplicada largamente durante a ditadura de Getúlio Vargas, esteve e está presente em nossas delegacias como método de investigação policial, e não poucos estudos afirmam que a violência, da qual a tortura é a face mais deformada, faz parte da própria cultura brasileira.

A tortura, que já era utilizada, não de forma sistemática, pelos militares desde o golpe de 64, tornar-se-ia prática comum a partir de 1969, seja como método investigativo eficaz, seja como forma de inibir futuros candidatos à resistência armada. O surgimento da Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo¹³, marcaria definitivamente o período mais abjeto da história da tortura no Brasil, principalmente pela liberdade de atuação que o regime conferia aos torturadores. Essa liberdade de atuação tornava-se maior se considerada a censura imposta aos meios de comunicação. Para exemplificar a gravidade da situação, pode-se lembrar um fato ocorrido em 02 de abril de 1964. Nesse dia, o canal de televisão Jornal do Commercio divulgou a imagem do dirigente comunista Gregório Bezerra, sentado seminu no pátio do quartel da Casa do Forte, após ter sido amarrado à traseira de um jipe, arrastado pelos bairros do Recife e espancado com uma barra de ferro em praça pública, por um oficial do Exército¹⁴. Em 1969, os torturados pelo regime não podiam mais contar com a imprensa para denunciar os crimes do governo.

Somente os crimes daqueles que partiram para a clandestinidade ganhavam espaço na imprensa da época. Um rápido exame nos noticiários de 1969 permite afirmar ser raro o dia em que a palavra terrorista não estivesse estampada nas manchetes dos jornais.

Os militares utilizaram todos os meios para eliminar qualquer oposição política, criando um clima de medo na sociedade brasileira. Tal clima foi-se intensificando na primeira

¹³ A OBAN era um órgão policial e militar, financiado por doações de empresários e que utilizava recursos oficiais. Tinha como objetivo dismantelar grupos armados de oposição, utilizando-se da tortura para alcançar seus objetivos.

¹⁴ Os dados apresentados neste parágrafo bem como o relato da prisão de Gregório Bezerra encontram-se registrados no capítulo O mito do fragor da hora (Gaspari, 2002).

metade da década de 70, a ponto de um cidadão comum considerar um ato de coragem possuir algum livro que contivesse ideias “subversivas” ou assistir a uma peça de teatro. Uma crítica ao governo podia levar qualquer pessoa à cadeia.

Paradoxalmente, o ano de 1969 também marcaria o início da recuperação econômica brasileira, graças sobretudo aos generosos financiamentos da comunidade internacional. Vale ressaltar, ainda, que os anos do “milagre econômico brasileiro” (1969-1973) também foram responsáveis pelo aumento da concentração de riquezas, achatamento do salário mínimo e surgimento das favelas, conforme o estudo de Singer (1972).

Pelo exposto até aqui, depreende-se que a primeira ruptura política, em 1964, ocorre no Brasil em um momento marcado por intensas manifestações sociais. Contudo, as reivindicações da classe operária se restringiam mais ao caráter econômico, do que a uma mudança do regime social. Até então, a política da esquerda brasileira, principalmente a praticada pelo Partido Comunista, pregava a aliança das classes produtivas com a burguesia nacional, era contrária aos latifundiários e antiimperialista. Vivia-se uma espécie de “marxismo patriótico”, o que combinava bem com a política populista de então, segundo Schwarz (2005, p.10). Quando a pressão por reformas sociais torna-se mais contundente e a sublevação de sargentos e praças desafia o alto escalão militar, derruba-se o governo João Goulart. E, apesar dos militares serem os idealizadores e executores do golpe de Estado, este não ocorreu sem o apoio da classe dominante e de parte da sociedade civil.

Nesse contexto de incentivo às práticas reformistas e um sentimento de medo da “baderna”, a conclamada “revolução comunista” não aconteceu. Os militares tomaram o poder e as ruas, preparados para uma guerra, mas o povo surpreso e desarticulado ficou em casa.

Após o golpe de 1964, intensificou-se a polarização da esquerda no campo político – resumida aqui, entre aqueles favoráveis à resistência democrática e os adeptos de uma radicalização, via tomada do poder. Nesse sentido, inúmeros jovens responderam a essa proposta de radicalização política e partiram para a luta armada. Os movimentos sociais começaram a se reorganizar e as reivindicações salariais e pela volta à democracia explodiram entre 1967 e 1968. Por sua vez, os militares responderam com violência àquilo que consideravam um “ataque à democracia”.

No campo cultural, o fenômeno se dá de diferente maneira: enquanto a política de esquerda saiu derrotada do golpe de 1964 e necessitou de tempo para se reestruturar, a produção cultural de esquerda “floresceu extraordinariamente” entre 1964 e 1968 (Schwarz,



2005, p.9). Mesmo distante do povo e debaixo do autoritarismo, os artistas conseguiram levar suas produções com um olhar crítico e com certa liberdade de expressão.

O ano de 1968, na história mundial, é o ano da revolução da juventude que foi às ruas na Europa e nos Estados Unidos, incendiou prédios e automóveis, fez barricadas e lutou com a polícia. Os jovens, estudantes em sua maioria, pregavam a imaginação no poder, imaginação anárquica, liberdade total: é proibido proibir. Embalados por essa onda libertária que atingiu o mundo ocidental, os brasileiros viveram o ano de 1968 como um momento em que todas as conquistas pareciam possíveis de se concretizar: a derrubada do regime militar seguida de uma revolução socialista, o fim da censura, a liberdade. Esse ano, marcado pela euforia dos jovens estudantes, revolucionários, artistas e intelectuais, terminou em 13 de dezembro, com a publicação do Ato Institucional nº 5.

Não se afirma que antes do AI-5 não houvesse repressão aos movimentos sociais, mesmo porque a história dos regimes autoritários é de violência e repressão, mas é preciso considerar que o poder dado, após o AI-5, aos defensores do regime confinou nos becos as reivindicações que antes estavam nas ruas, na imprensa, “na boca do povo”. O AI-5 foi o “Ato” que deu liberdade à criação da OBAN. E a partir dessa experiência bem sucedida, foram criados os Centros de Operações de Defesa Interna (CODIs) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOIs). Na prática, esses órgãos faziam parte de “um bem articulado plano que procurou não só controlar a oposição armada, mas também controlar e direcionar a própria sociedade” (D’Araujo et al., 1994).

A partir de 1969, quem estivesse disposto a prosseguir lutando deveria assumir a clandestinidade imposta pelo Estado ou procurar algum resquício democrático, em que pudesse atuar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Basta, 31/03/1964. **Correio da Manhã**, Editorial, Rio de Janeiro.

Brasil. **Lei n. 5536 de 21 de nov. 1968**. Dispõe sobre a censura das obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. Sistema de Informações do Congresso Nacional. Senado Federal, Brasília.

Brasil. **Decreto-Lei n. 869 de 12 de set. 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Sistema de Informações do Congresso Nacional. Senado Federal, Brasília.



- D'Araujo, M.C.; Soares, G.A.D. & Castro, C. 1994. **Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Relume-Dumará, Rio de Janeiro.
- Fico, C. 2004. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março e a ditadura militar**. Record, Rio de Janeiro.
- Gaspari, E. 2002. **A ditadura envergonhada**. Cia das Letras, São Paulo.
- Gorender, J. 1998. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada**. Editora Àtica, São Paulo.
- Hollanda, H.B. 1981. **Impressões de viagem**, CPC, Vanguarda e desbunde. Editora Brasiliense, São Paulo.
- Ianni, O. 1978. **O Colapso do populismo no Brasil**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Michalski, Y. 1985. **O teatro sob pressão: uma frente de resistência**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.
- Pinheiro, L.A. 2001. **JK, Jânio, Jango: Três Jotas que abalaram o Brasil**. Editora Letraviva, Brasília.
- Reis Filho, D.A. 1998. **1968: O curto ano de todos os desejos**. Tempo Social 10(2):
- Ridenti, M.1993. **O fantasma da revolução brasileira**. Editora UNESP, São Paulo.
- Schwarz, R. 2005. **Cultura e Política**. Editora Paz e Terra, São Paulo.
- Singer, P. 1972. O Milagre Brasileiro - Causas e Consequências, **Caderno Cebrap nº 6**, São Paulo.
- Skidmore, T.E. 1988. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Souza, P. 2000. **Autópsia do medo**. Editora Globo, Rio de Janeiro.
- Vandré, G. 1979. **Pra não dizer que não falei das flores**. RGE-Fermata, LP disco, lado a, faixa 1, São Paulo.
- Ventura, Z. 2008. **1968: o ano que não terminou**. Editora Planeta do Brasil, São Paulo.
- Weffort, F.C. 1980. **O populismo na política brasileira**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

